

FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA – FACINTER
SÔNIA DA SILVA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PARANÁ**

CURITIBA

2012

FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA – FACINTER
SÔNIA DA SILVA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade Internacional de
Curitiba, como requisito parcial para
obtenção do Título de Pedagogo.

CURITIBA

2012

Dedico este trabalho à todos os profissionais da pedagogia, pedagogos e professores, que apaixonados pela idéia de mudar o mundo entregam suas vidas em função deste sonho construindo com seu esforço e dedicação pontes e possibilidades onde ninguém mais poderia encontrar.

Sônia

AGRADECIMENTOS

Agradecer é mais que necessário é justo, assim devo minha gratidão à Deus que por intermédio de Seu Filho Jesus nos trouxe esperança e paz.

Agradeço ainda à minha família, meus pais, meus irmãos, cunhadas, sobrinhos e a meus filhos Lucas e Felipe, àqueles que abriram mão muitas vezes da minha atenção em função dos meus esforços nas atividades acadêmicas.

Agradeço às minhas colegas de faculdade e à todos os professores e professoras que contribuíram neste caminho que mesmo sendo difícil foi percorrido com sucesso.

Agradeço ainda às tutoras que muito me auxiliaram desde o primeiro dia de aula, foram a Prof^a. Me. Ramolise do Rocio Pieruccini, a Prof^a. Andréia Correa e a Prof^a. Alesandra Sansonowski, por todas as orientações e ensinamentos a mim repassados durante os períodos de aula.

Há ainda a agradecer às colegas já formadas e atuando que muito me ajudaram nas pesquisas desenvolvidas neste trabalho, foram elas a Prof^a. Dir. Rosimar Mallin, a Prof^a. Sandra Mara C. Correa, a pedagoga Mariza Sbardelotto, e a Prof^a. Liliam Tramontin.

Um caminho é percorrido com muitos passos, alguns difíceis outros mais fáceis, mas todos seguindo em função de um objetivo, não há caminho certo para alguém que não tenha um sonho a perseguir, assim não posso esquecer de lembrar e agradecer *in memoriam* a minha avó Maria Rocha, falecida durante o período do meu curso de pedagogia, mesmo que não tenha tido a oportunidade de estudar ela sabia da importância do estudo para a vida e era uma sábia mulher com sua vivência e visão de mundo.

“A melhor de todas as coisas é aprender. O dinheiro pode ser perdido ou roubado, a saúde e força podem falhar, mas o que você dedicou à sua mente é seu para sempre”.

(Louis L.Amour)

SUMÁRIO

1. Introdução.....	08
2. Desenvolvimento.....	09
2.1 Fundamentação Teórica.....	09
2.2 Metodologia.....	17
3. Considerações Finais.....	18
Referências.....	19

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso teve seu início marcado por questões que atualmente fazem parte da rotina da maioria das escolas públicas e particulares em todas as modalidades de ensino. Tomamos por problemática a questão da inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino fundamental de uma escola municipal em São José dos Pinhais no Paraná, entretanto ao aprofundar-nos nas questões que envolvem este tema, percebeu-se como muito mais abrangente. Dessa forma para que pudéssemos delimitar um assunto para o estudo, consideramos o atendimento educacional especializado na sala de recursos daquela instituição e a forma como este atendimento auxiliaria no desenvolvimento do aprendizado destas crianças com dificuldades ou ainda com habilidades especiais. Partiremos do pressuposto legal que implementa a sala de recursos na escola, o trabalho que hoje é desenvolvido nesta escola e as possibilidades que a ampliação deste atendimento trariam às crianças que ainda não são atendidas por excesso de demanda. Será um estudo gratificante e compensador do ponto de vista profissional e pessoal para todos os profissionais que buscam a qualificação contínua e atualização em seu trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

O ATENDIMENTO DA SALA DE RECURSOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação tem passado por transformações e adequações ao longo dos anos conforme demandas e necessidades da sociedade, mudanças pelas quais a sociedade passa e que aos poucos estão sendo incorporadas no dia-a-dia do contexto escolar.

A principal e mais visível mudança ocorrida nos últimos anos trata da inclusão escolar, mas havia exclusão escolar anteriormente?

Para esclarecer se realmente havia ou se ainda há, podemos citar a Declaração de Salamanca (1994), que trata dos “Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”, que diz:

3.O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

Como afirmada na Declaração, ainda que seja, ou fosse um comportamento cultural repetido de forma inconsciente, a exclusão acontecia e ainda acontece com muita frequência em muitas escolas brasileiras. A repetição de modelos pré-estabelecidos de forma inquestionável faz com que uma Declaração desta natureza num primeiro momento choque o leitor do texto. Mas é preciso refletir sobre o tema. Sendo a escola uma instituição do Estado, viria do mesmo a iniciativa para desenvolver dentro deste contexto, a inclusão em sua amplitude.

Sobre esta afirmação, Vieira, Souza e Ferreira (2012) dizem que:

Para Durkheim, uma das tarefas da educação é mostrar que os interesses individuais só podem ser realizados através dos interesses sociais. Ele admite que deve existir uma vinculação entre o Estado e a educação, já que este seria a única instituição acima dos interesses individuais e capaz de estabelecer a educação para fins sociais. Portanto, a educação se configura como um mecanismo de incorporação do indivíduo à sociedade, preparando-o para o exercício de uma determinada atividade que seja útil ao grupo social e não como um instrumento de manipulação.

Existem atualmente alguns marcos legais que direcionam a educação a buscar a igualdade de condições de atendimento para todos os alunos, independente de sua condição.

Podemos citar a Constituição Federal (1988), em seus Artigos 3º, Inciso IV, Artigo 5º, Artigo 205, Artigo 206 e Artigo 208, Inciso III, que tratam da igualdade de direitos, dos direitos a educação e a permanência na escola para todos. Há também a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a já citada Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 em seu Artigo 59, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala – 2001), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) em seus Decretos nº 186 de Julho de 2008 e 6571 de 17/09/2008 e as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica (2008).

Mas, para quais modalidades a educação especial ou o Atendimento Educacional Especializado se destina?

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define a Educação Especial da seguinte forma:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem comum do ensino regular (Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 15).

Portanto a educação especial e seu Atendimento Educacional Especializado são comuns a todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, proporcionando aos alunos atendidos condições de aprendizado dentro de suas possibilidades em qualquer nível de ensino.

E quem seriam estes alunos?

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): “afirma que a Educação Especial deve oferecer o Atendimento Educacional Especializado às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”.

Este Atendimento Educacional Especializado acontece naquela que denominou-se chamar Sala de Recursos Multifuncionais.

Conforme pesquisa realizada no Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, documento este que foi recentemente atualizado, com a participação dos pais, comunidade, professores, funcionários e diretoria, constam as orientações para a educação inclusiva.

Estas nos apresentam o conceito inicial da escola sobre o assunto, onde foi afirmado que a história tem apresentado que no passado foi determinado por conceitos estabelecidos que algumas crianças ou alguns adultos deveriam ser excluídos de nossas vidas, das salas de aula e das comunidades regulares porque eram considerados uma ameaça à sociedade. Os alunos com deficiência eram encarados como obstáculos para o funcionamento tranquilo das escolas e das salas de aula, achava-se que sua presença prejudicaria a aprendizagem dos outros alunos.

Dessa forma escolas e instituições especiais foram estabelecidas para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, estes ambientes segregados foram baseados no controle.

Essa tendência a segregação e o controle dos “indesejáveis” atinge seu ponto alto durante o século XX, momento de consolidação do modelo industrial, onde as

escolas eram fundamentais para a criação de uma força de trabalho alfabetizada e disciplinada.

A filosofia e as práticas segregacionistas do passado tiveram efeitos prejudiciais às pessoas com deficiência, às escolas e à sociedade em geral. A ideia de que poderiam ser ajudadas em ambientes segregados, separadas do resto da sociedade, fortaleceu os estigmas sociais e a rejeição. Para as escolas regulares, a rejeição das crianças com deficiência contribuiu para aumentar a rigidez e a homogeneização do ensino, para ajustar-se ao mito de que, uma vez que as classes tivessem apenas alunos normais, a instrução não necessitaria de outras modificações ou adaptações.

Em geral, os locais segregados são prejudiciais porque alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem, afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes.

O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural, em escolas.

A escola representada pelo seu Projeto Político Pedagógico, crê na educação inclusiva juntamente com o atendimento educacional especializado, são trabalhos importantes e necessários prestados pela escola para o atendimento dos alunos com alguma necessidade educacional especial.

Para identificar o que seria o Atendimento Educacional Especializado(AEE) e sua função, podemos citar mais uma vez a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela. (Secretaria de Educação Especial, 2008, p.15).

Assim, o atendimento especializado(AEE) não deve ocorrer em horário de aula do aluno e nem é pré-requisito para que o aluno freqüente as aulas, sendo facultativo aos pais determinarem ou não a frequência do aluno no contra turno

escolar para estas atividades que contribuem em muitos aspectos para auxiliar no desenvolvimento dos alunos que se utilizam do mesmo.

Sobre a utilização da sala de recursos Guebert (2010, p.9) afirma:

A educação como prática social tem realizado diferentes discussões sobre o processo inclusivo iniciado na década de 1990 no Brasil, com o objetivo de proporcionar a equidade de oportunidades às pessoas com necessidades educativas especiais. No momento procuram-se subsídios teóricos para garantir a qualidade das práticas pedagógicas, bem como a elaboração e o entendimento da concepção de educação para todos.

Mesmo que seja facultativa a utilização da sala de recursos pelos alunos, é um importante aparelho oferecido pelo Estado para promover condições de igualdade à todos os estudantes.

Segue um conceito de Sartoretto e Bersch (2011), sobre o tipo de ensino ofertado na sala de recursos:

O ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. São exemplos práticos de atendimento educacional especializado: o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros.

O atendimento ofertado não é um reforço escolar do que já existe na sala de aula, é um atendimento diferenciado que complementa indiretamente e diretamente o aprendizado dos alunos, são atividades que auxiliam no desenvolvimento e na autonomia da cada um.

Na escola pesquisada, o atendimento é oferecido atualmente a trinta alunos com necessidades especiais constatadas por profissionais especialistas da área ou identificadas pelos professores, como dificuldades de aprendizagem por exemplo.

Este atendimento, direcionado às necessidades específicas dos alunos, é, como já foi citado, realizado no contra turno escolar, e tem como função estimular e desenvolver as capacidades dos indivíduos enquanto construtores do seu aprendizado.

Entretanto, se este atendimento fosse ampliado em número de vagas, certamente poderia atender a outros alunos também com necessidades, mas que ao passar pelo filtro da “necessidade maior”, são deixados ao encargo do professor regente somente e sua especificidade não pode ser trabalhada, pois este professor

já tem em sua classe um número alto de alunos e de início a sobrecarga desta responsabilidade, com ele e com os demais.

Tendo como direcionamento de trabalho o desenvolvimento das capacidades e competências dos alunos atendidos, a sala de recursos possibilita em seus trabalhos à conexão entre o conhecimento prático e o teórico de forma lúdica e divertida. Não que estes alunos sintam-se obrigados de alguma forma a dar retorno em forma de rendimento mas que através do desenvolvimento de seus trabalhos durante às aulas eles conseguem estabelecer conexões com o saber que já existe e construir novos saberes desenvolvendo suas possibilidades e potencialidades.

O valor da implementação da sala de recursos é ainda maior do que o estabelecido nos marcos legais para a inclusão é um valor no investimento que se faz em uma nova forma de aprendizado que realmente traga sentido aos alunos atendidos de forma específica.

Para tanto podemos considerar o pensamento do filósofo Edgar Morin quando questiona a forma fragmentada e produtivista que o sistema capitalista e a globalização internalizaram nos sistemas sociais. Para Morin (2012), “O pensamento complexo requer uma revolução paradigmática que questione as dualidades e o sentido do aprender e do educar, o que requer uma mobilização dos educadores para que não se deixem domesticar pela lógica fundada na fragmentação e no produtivismo”. Ou seja, ainda que não se perceba isso de forma teórica na aplicação dos trabalhos da sala de recurso, o conceito de integração dos conhecimentos de forma diferenciada e contextualizada com o aluno produz nele o conhecimento de que necessita e que lhe é possível para o momento e ainda traz a tona a real necessidade da avaliação de progresso do aluno não somente por parâmetros numéricos fechados, mas por potenciais que vem desenvolvendo em sua totalidade e dentro de toda a sua complexidade humana.

Para Morin(2002, p.30), a complexidade é a consideração de todas as partes que formam o todo para que este todo seja considerado em todas as suas partes, mesmo sendo um conceito de alguma dificuldade de compreensão, segue a afirmação do autor que diz:

De toda parte surge a necessidade de um princípio de explicação mais rico do que o princípio de simplificação(separação/redução), que podemos denominar princípio de complexidade. É certo que ele se baseia na necessidade de distinguir e de analisar, como o precedente, mas além disso, procura estabelecer a comunicação entre aquilo que é distinguido: o objeto e o ambiente, a coisa observada e o seu

observador. Esforça-se não por sacrificar o todo à parte, a parte ao todo, mas por conceber a difícil problemática da organização, em que, como dizia Pascal, “é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes”.

Assim, o conhecimento é um todo e faz parte de um todo complexo, o homem também é um ser complexo que tem o seu todo e faz parte dele, ou seja, considerarmos o aprendizado do aluno somente em questões onde o mesmo pode confirmar o conhecimento de forma avaliativa como em provas ou trabalhos escritos, faz com que excluamos os potenciais que os alunos do atendimento especializado apresentam durante o seu processo na sala de recursos, como afirmado anteriormente, não é um atendimento de reforço escolar é um atendimento que proporciona aos alunos a possibilidade de aprendizado de forma diversa do procedimento padrão em sala de aula. Procedimento este que foi absorvido desde a idade média em função da fragmentação do conhecimento para que pudesse ser estudado de forma específica o que foi denominado de reducionismo. Morin(2002, p.30) nos diz:

O princípio de explicação da ciência clássica tendia a reduzir o conhecível ao manipulável. Hoje, há que se insistir fortemente na utilidade de um conhecimento que possa servir à reflexão, meditação, discussão, incorporação por todos, cada um no seu saber, na sua experiência, na sua vida”.

A tendência reducionista direcionou o aprendizado de forma que o conhecimento fosse repassado de forma individualizada e específica para que posteriormente o aluno pudesse fazer o uso de forma incorporada ao seu cotidiano o que não ocorre até pela falta de direcionamento que este aluno tem ao receber o conhecimento sendo que na maioria das vezes nem lhe faz sentido. O atendimento educacional especializado, ainda que seja interpretado de forma errônea por muitos ao considerarem que é a sala onde as crianças especiais vão somente para conviver e fazer “trabalhinhos”, na verdade traz consigo um sentido muito maior de valor e futurista onde traz sentido para os trabalhos desenvolvidos por estes alunos atendidos que além de sentirem-se valorizados ainda percebem que seu conhecimento é importante e eles tem capacidades a desenvolver de forma prática. A proposta de extensão do atendimento da sala de recursos vem das vantagens que a unificação prática dos conhecimentos e a forma diversa de aplicação poderia

trazer benefícios ainda maiores a todos os atendidos, tanto àqueles com dificuldades como aos com habilidades especiais.

2.2 METODOLOGIA

Realizou-se a pesquisa qualitativa através da observação direta, de visitas a escola, dos estágios realizados durante o curso de Pedagogia da Faculdade Internacional de Curitiba e de pesquisas bibliográficas, artigos, sites de internet, e periódicos, além da pesquisa direta no Projeto Político Pedagógica da instituição, documento este recentemente atualizado e condizente com as realidades do local.

Segue abaixo um conceito informado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa IBOPE em seu site, ao comentar a pesquisa qualitativa:

As pesquisas qualitativas são exploratórias, ou seja estimulam os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. São usadas quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

Abrir espaço para a reflexão é o intuito principal deste trabalho que considera todos os envolvidos dentro do processo de atendimento especializado como potenciais a serem desenvolvidos de forma específica considerando o ser humano dentro de sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivos apresentar a necessidade que o trabalho da sala de recursos possui dentro das instituições de ensino, em específico em uma escola municipal de São Jose dos Pinhais no Paraná. Considerou-se o valor deste trabalho em função dos alunos atendidos e as possibilidades que sua ampliação traria dentro do contexto escolar.

Apresentou-se ainda os conceitos de Edga Morin sobre a teoria da complexidade e o reducionismo que acompanham os processos educativos desde a idade média e que construíram o conhecimento de forma fragmentada e fechada dentro de avaliações separadas e sem sentido prático para o aluno. A forma diferenciada em que a sala de recursos oferece o aprendizado aos alunos atendidos parte do princípio do homem em sua totalidade e suas especificidades, ou seja, cada indivíduo tem o seu aprendizado construído conforme a sua capacidade no momento e com isso torna-se um conhecimento com sentido para o mesmo e seu desenvolvimento ocorre de forma natural e não padronizada.

Faz-se necessário portanto ressaltar que este atendimento ainda que seja limitado por condições das mais diversas, seja aos poucos ampliado de forma com que todos tenham ao seu alcance as possibilidades de construir seu conhecimento de forma que lhe faça sentido e sinta-se pertencente à sociedade.

Inclusão é para incluir, à todos da forma como lhes é possível e em todas as suas potencialidades, considerando o homem em sua complexidade e vivência.

REFERÊNCIAS

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. Inclusão: uma realidade em discussão. 3. ed.rev., atual. E ampl. – Curitiba: Ibplex, 2010.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Ed. Revista e modificada pelo autor – 6ª Ed. – 350 p. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

SARTORETTO, Maria Lúcia. **BERSCH**, Rita. Atendimento Educacional Especializado, 2011. <<http://www.assistiva.com.br/aee.html>>. Acesso em: 23 de fevereiro 2012.

VIEIRA, Melissa Lima, **SOUZA**, Indira Silva, **FERREIRA**, Adriano Rodrigues. Reflexões: A Educação E Suas Influências Sobre O Trabalho E O Exercício Da Cidadania.

Em:<http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_5946/artigo_sobre_reflexoes:_a_e_duacao_e_suas_influencias_sobre_o_trabalho_e_o_exercicio_da_cidadania>.

Acesso em: 23 fevereiro 2012.

<http://www.sjp.pr.gov.br/sjp/mapas>, acessado em 23 de Fevereiro de 2012.

<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&comp=Grupo+IBOPE&db=caldb&docid=8D60A353BFE2430783256>

[E60006C4316](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&comp=Grupo+IBOPE&db=caldb&docid=8D60A353BFE2430783256), acessado em 23 de fevereiro de 2012.